

Ensaio sobre o Estado Bipolar, ou a “Síndrome de Barbosa”¹

Piero C. Leirner
PPGAS/DCSo/UFSCar

Brevíssima Introdução

Vou começar com aquilo que muito bem poderia ser a conclusão deste artigo: os eventos que ora estão culminando nisso que se chama de golpe, de tão complexos, envolvendo tantos agenciamentos diferentes, não podem ter uma única explicação. Ouvi um senador, certa vez em um programa de televisão do ex-deputado Fernando Gabeira, dizer que todo esse processo é como um acidente aéreo: nunca pode ser explicado por uma causa única. Este é o ponto que pretendo explorar: o que aconteceu foi um momento em que se galvanizou uma série de interesses que sentiram uma brecha para ganhar poder, aproveitando-se de erros de cálculo, azares e alianças mal construídas por parte do poder executivo. De todo jeito, vou tentar dar um palpite naquilo que me pareceu algo comum a uma série de movimentos que ainda estão em curso: a projeção de uma série de fluxos individualistas em dois polos – no Estado e nas relações de classe que situo, de maneira ainda que bastante genérica, em múltiplas hierarquias sociais.

O eixo que liga, assim, “Estado e sociedade”, é a tensão bipolar (no sentido físico e psiquiátrico) das forças entre individualismo e hierarquia e o modo como estas assumiram um campo de batalha político-econômico no Brasil. O conteúdo que projeta estas forças está ligado de forma oblíqua: em um polo, uma sobredeterminação da agência individual no interior de corporações estatais, dando a clara sensação de que o comando governamental foi (e está sendo) empurrado abismo abaixo; em outro polo, um freio hierárquico de classe que também agiu dentro do Estado, através da moeda, como reação ao aumento das incertezas das elites, que acionaram um enredo individualista-liberal para preservar justamente sua posição de precedência no plano econômico. Trata-se, assim, de um individualismo no interior de agências estatais hierárquicas, e de uma hierarquia elaborada sobre um verniz individualista de classe. Ou seja, um surto maníaco-depressivo do Estado-Nação. Para simplificar, o enredo dessa história será contado em função do que aconteceu com o sistema financeiro, sua relação com a(s) burguesia(s), e o modo como isto refluíu

1 Este texto é resultado de uma fala realizada no PPGAS/UFSCar, no evento sobre a crise política brasileira dentro de uma “Quarta Indomável” (maio de 2015), na mesa também composta por Igor Machado e Jorge Villela, aos quais agradeço.

em contragolpes dentro do próprio setor estatal, que, enfim, engendrou uma lógica policial no seu sistema de controle interno. É verdade que este enredo é apresentado aqui de uma forma um tanto ambiciosa, e livre, e por isso mesmo deve ser visto com cautela: são hipóteses que apareceram ao longo de vários diálogos que tive com algumas pessoas,² e que poderão (ou não) resultar em uma pesquisa mais ampla.

Síndrome de Barbosa

Tenho a impressão de que há uma mistura fundamental em todo o processo daquilo que vemos como uma instabilidade sociopolítica brasileira, que é como a mistura de água e sabão, entre a política e a moeda. Como bem lembrou Angela Alonso (2016) num artigo recente sobre o 13 (de maio, do PT, no imaginário), desde o século XIX já se colocava que terminar a escravidão, embora louvável do ponto de vista ético, poderia ser catastrófico para as contas nacionais. Este, por incrível que pareça, era o argumento dominante entre a maior parte dos antiabolicionistas. O argumento das contas apareceu em muitas outras ocasiões. As mais evidentes, 1937, 1964, 1992, 2016, mostravam que sempre ao lado de um problema político (ético) havia um tal de “conjunto da obra”: desorganização das contas. Este mesmo argumento tem sido sistematicamente usado ainda hoje, pós-impedimento, e sobrealimenta um conjunto de especulações que vivemos diariamente. Mas para pensar o que seria tal desarranjo teríamos que ter como “grupo de controle” o que seria o seu contrário, o “arranjo”. O mais recente, e mais impactante, foi sem dúvida o plano Real. Voltarei a ele posteriormente, mas vale lembrar por ora que a inflação voltou a ser um argumento para a visibilidade do desarranjo de contas logo após Dilma Rousseff assumir seu segundo mandato, em 2015. A moeda, assim, voltou a ter um protagonismo numa crise de governo, tal como fora no pré-64, mas também, e sobretudo, ao longo dos anos 1980 e começo dos 1990.

Nesse quesito, parece que somos campeões: para se ter uma ideia, desde 1940, foram 15 moedas diferentes, várias dessas com microedições. Os valores iam de centavos à casa das centenas de milhares em uma cédula. Como bem disse Lênin em 1903, para subverter uma sociedade basta corromper a moeda. Mas meu argumento não vai exatamente por aí. O que quero dizer, pelo menos aplicado ao caso mais recente em questão aqui, é que moeda e Estado estão relacionados em causa e efeito, pois ambos se vincularam a uma mecânica dos fluidos, que ora desenvolvo aqui tomando banho nessa metáfora acima da água e sabão: ambos começaram a alimentar uma superfície tomada por inúmeras bolhas. Aliás, o efeito visual da inflação é justamente o de uma bolha crescendo. Falo de bolha inclusive tomando a expressão de empréstimo ao que aconteceu em outras crises por aí: a bolha da internet em 2002; imobiliária de 2007; financeira de 2008. No entanto, como sabemos, o dólar é uma moeda secular, e as crises de lá assumem outros contornos, embora possamos ver vários paralelos (desemprego, aumento da concentração de renda, crise do Estado). Todas essas, inclusive, podem ter a ver com o que se passa aqui, agora: as bolhas que estouram e as que ficam.

2 Quero frisar aqui algumas delas, retirando, obviamente, sua responsabilidade: Eduardo Simantob, Maria Lúcia Montes, Romulo Brillo, Kike Toledo, Gera Andrello, Pedro Lolli, Monica Stival, Felipe Velden, Caê Costa, Aline Iubel e Igor Machado.

Quem viveu os anos 1980 sabe que a inflação é arbitrária, a partir de um determinado ponto. Chamava-se isso de “inflação inercial”, mas o que realmente intriga é que não se sabia nunca exatamente de onde viria a pressão. Lembro, não sei exatamente quando, que houve um mês que o “principal vilão” foi o corte de cabelo. Mais recentemente o tomate. Ou seja, por mais que se exerçam contramedidas, dificilmente se verá um mapa completo de sua dinâmica, já que se trata de mecânica de fluidos. Por isso mesmo, uma advertência: não pretendo aqui me apegar a um modelo (sociológico, econômico, estrutural) que pretenda reduzir a escala da complexidade que resulta do embaralhamento de relações entre Estado e capital através da moeda. Por enquanto, a ideia é seguir uma trilha de fatos nativos, relativos à moeda e à política, para ver depois aonde podemos chegar. Basta lembrar, de início, que os principais argumentos de Janaína Paschoal, uma das autoras do pedido de impedimento de Dilma, foram argumentos econômicos, e a possibilidade de que os “crimes de responsabilidade” (baseados, sobretudo, em operações de crédito para pagar contas de políticas públicas) eram uma ameaça à sacralidade da moeda implantada por Fernando Henrique Cardoso, há mais de 20 anos. Mas por que tamanha precaução? Como se sabe, países emergentes convivem com inflação de dois dígitos de maneira relativamente comum. Esse é, inclusive, um meio que o Estado brasileiro tinha encontrado de se refinar e garantir um “ajuste fiscal” disfarçado. Mas o pavor de que esse esquema derretesse foi algo determinante na manipulação simbólica dos argumentos pró-impedimento. O descrédito da moeda, assim, parecia fazer ressonância com um descrédito do governo, e talvez do próprio Estado.

De modo que, tomando outro atalho, gostaria de ter em mente a seguinte pergunta: por que aquilo que parecia tão sólido começa a estourar por “tão pouco”? Por que pessoas tão poderosas como José Dirceu caíram de maneira tão fácil, a partir de denúncias feitas por pessoas que estavam bem abaixo dele (como Roberto Jefferson)? E Eduardo Cunha? E Marcelo Odebrecht? Será que o mesmo acontecerá com Temer? Como dantes, quem se lembra do fato de que, para “pegar” Collor, foi necessário “apenas” um motorista e uma Fiat Elba?³ Por que simples promotores de SP conseguem abrir um pedido de prisão para o ex-presidente Lula – aquele duas vezes eleito e que se notabilizou por eleger sucessores? E depois deles um juiz de 1ª instância de Brasília? E depois deles procuradores do Paraná? Será que é tão fácil prender um ex-presidente quanto eleger um “poste”? Que dinâmica é essa que faz o Estado parecer um simples jogo de pingue-pongue, com a abolição de quase toda hierarquia? E que, de modo sintomaticamente conectado, comecem a aparecer superpersonagens em conferências coletivas, apresentações para a imprensa, programações ininterruptas de telejornais, discursos em praça pública. Este é o caso, por exemplo, de procuradores, de Sergio Moro, delegados, de uma figura apocalíptica como o “japonês da Federal”, ou o “lenhador da Federal”, e, claro, de Janaína Paschoal, que mais recentemente tem feito grandes investidas sobre a geopolítica russa.⁴ Todos esses fatos podem ser conectados do seguinte modo: a emergência desses indivíduos como pontos de desestabilização está dialeticamente conectada com a construção de que o Estado foi tomado por uma organização de tipo holista, a saber, uma “quadrilha”.

3 Claro, lembrando que tudo começou em casa. Como argumentei em outra ocasião, o doméstico parece entrar mais na política do que contabilizamos nos acordos da “política oficial” (Leirner 2013).

4 <http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/janaina-paschoal-alerta-que-russia-esta-a-um-passo-de-atacar-o-brasil/>. Acesso em: 27 out. 2016.

Gostaria de recuar um pouco em relação ao atual contexto. O ponto em que vi o momento crítico desse efeito cascata do atual estouro é 2013, ano em que o Estado começa a dar seus sinais mais claros de que ele próprio estava envolvido por uma inflação de bolhas de credibilidade e soberania de poderes. É nessa hora que alguns eventos plasmaram o desenho de uma situação que ocorre até agora. Em 22 de abril daquele ano, o STF publicou o acórdão do julgamento mais longo de sua história, da Ação Penal (AP) 470, com 8.405 páginas. Tratou-se do desfecho do chamado “mensalão”, em que foram empacotados num só corpo e julgados simultaneamente 37 réus, algo nunca antes feito. Como disse Barbara Gancia na época,

Joaquim Barbosa, super-herói da nação, salvador da pátria varonil, azul e anil, não admite hipótese que assegure os direitos dos 37 réus que ele reuniu em um só corpo e julgou simultaneamente. Batman quer jogar todos na cadeia já. Caso contrário estaríamos incorrendo em privilégio de poucos, estaríamos entrando no terreno da “impunidade”. Mas, vem cá: foram quatro os juízes que levantaram dúvidas razoáveis acerca da culpabilidade dos réus, não foram? E, que se saiba, há mais de 800 anos a possibilidade de recurso vem sendo assegurada por lei, certo? Não será a entrada desenhada de luva de Barbosa em campo na disputadíssima contenda do Fla-Flu que irá satisfazer a sede de punibilidade a qualquer custo por parte da torcida, não? (Gancia 2013: s/p.).

Joaquim Barbosa foi então o gatilho: colocou diferentes réus em um pacote. Expediente totêmico, ele curiosamente se sobressaiu nessa jogada como herói civilizador individualista, apogeu do triunfo de um sujeito que sai lá de baixo e põe na berlinda os poderosos. Esse é um script quase estrutural, que ressoa em outro que se enquadra perfeitamente nessa mitopoética nacional: quem foram os réus? Eram muitos e variados, mas grosso modo foram vinculados a uma sutil “desilusão”, pois o PT era visto como um homólogo barbosiano, tomado um dia como “aqueles que saíram de baixo” para transformar o país. A raiva antipetista começou cedo e se reforçou assim que o partido começou a faturar uma eleição atrás da outra. Nesse sentido, Barbosa replicou uma célebre versão da história nacional, puniu aqueles “que saíram da linha”, mas só aqueles que efetivamente “deveriam estar na linha”, e não todos. É a clássica posição do feitor, capataz, intermediário – personagem tão bem explorado por Samuel Jackson no filme de Tarantino *Django Unchained* (e não estou fazendo uma analogia racista. Pelo contrário, essa situação só é factível em países que viveram essa barbaridade chamada escravidão, cujos impactos infelizmente são de longuíssima duração).

Seja como for, Barbosa alavancou uma situação claramente liminar, e não é à toa que de repente toda e qualquer manifestação que se vinculasse às ordens coletivas clássicas (partidos, sindicatos, etc.) começou a ser sistematicamente repudiada. O que se viu foi a mais clara celebração do individualismo triunfante, e com ele todas as cores que uma massa individual pode, por sua vez, assumir. Para mim é absolutamente clara a ligação entre essa noção de individualismo e a adoção de um duplo ufanista, na nação como expressão da possibilidade de existência desse tipo sociológico. Esse é um momento curioso, porque as chances de que essa estrutura engendre sua própria réplica autodestrutiva são grandes. Barbosa foi engolido “pelo sistema”, pois a única chance de essa ladainha funcionar é o herói individualista voltar ao anonimato, o

que está gradualmente acontecendo em seu caso: mudou-se para Miami, outra capital simbólica de certo tipo de ascensão de classe que irei abordar. Começou, assim, o antiestrutural petismo, enfim.

Mas esse foi um momento de glória do STF. Não porque conseguiu montar o teatro que passou a iluminar toda a política depois, mas porque mexeu em algo muito mais fundamental: ele deu o aval para uma série de deferentes setores do Estado começar a realizar em microescala um notável movimento de procedimentos corporativos, todos baseados em ataques a outros setores do Estado, que estão aí para quem quiser ver. Embora sejam algo diferentes e envolvam instituições distintas, todos copiam o mesmo enredo: trata-se de um setor, ou bolha, que se infla colocando em xeque a bolha do poder vizinho, alegando que a superfície que lhe dá forma é mera ilusão, não tem fundamento sólido. Essa solidez pode ser de várias ordens – ética, moral, justa –, mas sempre tem dois elementos indissociáveis: ela é política e monetária, e deve ser investigada, combatida e retirada da vida social. Uma polícia da economia.

Várias bolhas do Estado começaram a copiar o expediente, e os resultados mais expressivos estamos vendo nos últimos meses: o legislativo fabricou uma peça de destituição da chefe do executivo; logo após, o STF montou uma peça de destituição do chefe do legislativo. Agora, denúncias aparecem por todos os lados: chefe do Senado; juízes do STJ; Dias Toffoli, do STF; o Japonês da Federal; vários ministros de Temer; enfim, a lista é diária, e parece que apenas eu e você, caro leitor, passamos longe da Petrobras. Assim como no caso descrito acima sobre o mensalão, quem lê os documentos sabe que ambos, o impedimento de Dilma e o afastamento de Cunha, são também frágeis como as bolhas que pretendem estourar: o primeiro, uma invenção parlamentar que inflou “crimes de responsabilidade” de Dilma; o segundo, uma bolha jurídica que inflou a manipulação política de Cunha a ponto de se chegar numa plausível, mas não comprovada, “obstrução de justiça”. E isso foi só o afastamento: quem leu a peça sobre a prisão de Eduardo Cunha diz que ela também foi tão arbitrária quanto à “condução coercitiva” sofrida por Lula em março de 2016. Ambos não ofereciam risco, e não havia uma prova de fato que embasasse as prisões, exceto a convicção do corpo Polícia-Ministério Público-TRF 4ª Região (ou Juiz Sérgio Moro). Lembre-se de que argumento semelhante foi usado contra o Senador Delcídio Amaral, que foi preso mas não foi cassado; e também com Lula e Dilma, que foram impedidos de compor um ministério numa decisão monocrática de Gilmar Mendes (STF) na véspera de um feriado.

Mas talvez nenhuma outra imagem deste processo todo, que podemos apelidar de “síndrome de Barbosa”, seja tão rica para demonstrar este processo do que a famosa apresentação em *Powerpoint* do Procurador Deltan Dallagnol, um dos heróis da Lava-Jato que replica, como ninguém, o “goodguy”. Sem qualquer prova factível, sem um enredo baseado em evidências, sem uma peça jurídica minimamente plausível, ele, em conjunto com outros procuradores e superdelegados de Curitiba, realizaram uma coletiva para imprensa bombástica, replicada aos ventos, com uma nova “estética da documentação”, para usar a expressão de Annelise Riles (2006), baseada em uma imagem capaz de demonstrar o absoluto holismo operacional da “quadrilha de Lula”:

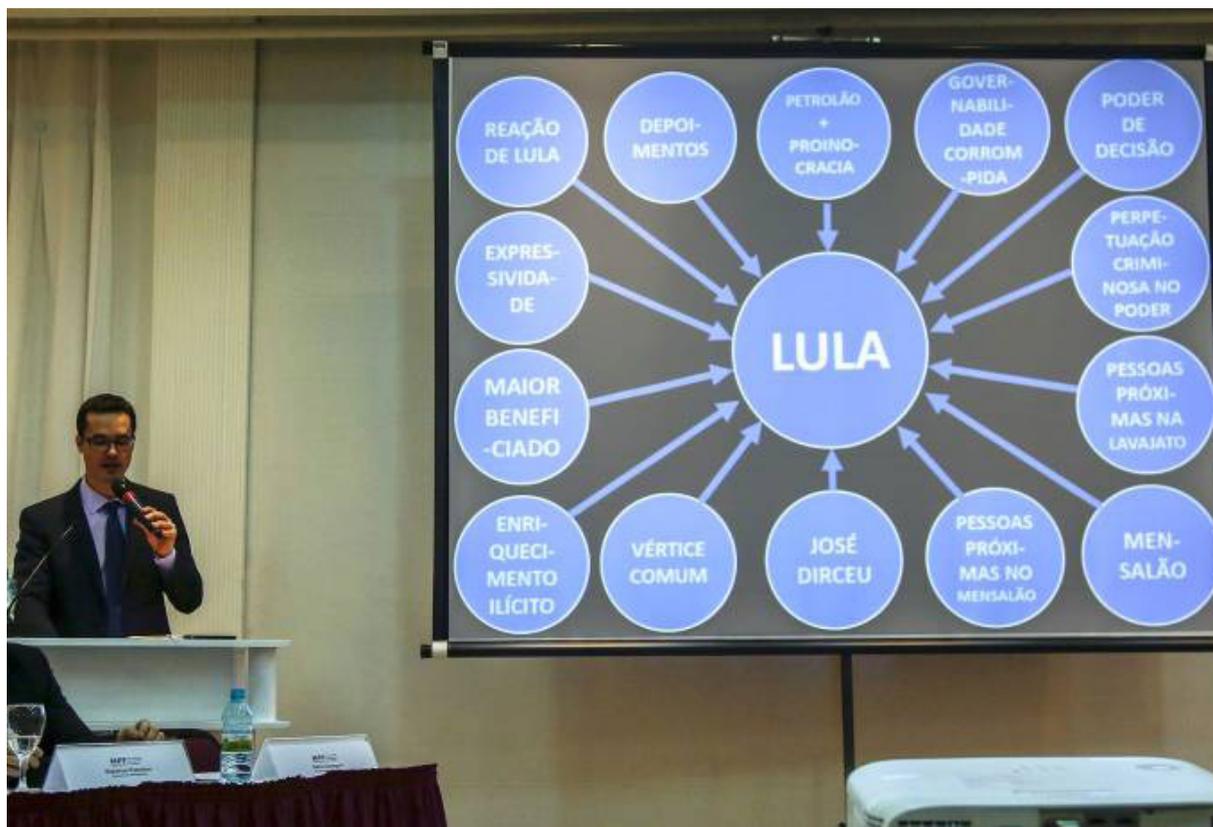


Figura 1 Powerpoint do Procurador Deltan Dallagnol. Fonte: Paulo Lisboa/BrazilPhoto Press/Folhapress.

Nesse caso, mais uma vez voltando à proposta de Riles (e de outros colaboradores em Riles (2006)), o que garante a eficácia desse tipo de documento no contexto seria sua empatia em relação a padrões sociais, uma “prática estética” da documentação (que no caso dela está associada ao preenchimento de formulários) que redundava em percepções instantâneas, quase que mnemônicas, que instruem a leitura da realidade. Isso está cotidianamente colocado em nossa burocracia, com carimbos, selos, cabeçalhos, como bem demonstrou Danilo Souza Pinto em sua notável dissertação sobre cartórios (Souza Pinto 2007). No caso acima, Dallagnol inovou: trouxe à baila esse novo tipo de documentação, que é absolutamente farto em sua forma de apresentação em meios empresariais, gerenciais, acadêmicos e, claro, em “novos métodos escolares” da educação de massa. Curiosamente, ele também havia apresentado algo semelhante, mas com outros conteúdos, em outras ocasiões: palestras para a maçonaria, Igreja Batista, ou em seminários promovidos por entidades empresariais. Assim se cria a redundância. É desse modo que este tipo de documento ganha sua eficácia, típica de uma *audit culture*, como bem viu M. Strathern (2004). De certa forma, ainda seguindo as pistas de Riles, o que a rede de Dallagnol acaba revelando, na sua montagem, é uma *rede ao avesso*: a sua própria. A denúncia de um crime econômico, enfim, se distancia cada vez mais de um argumento econômico para a denúncia, ao se aproximar de um argumento policial: “existe uma rede; existe uma quadrilha; existe um chefe”. A “síndrome de Barbosa” se tornou operacional: ao individualismo de Dallagnol, contrapõe-se o holismo de Lula. Mas, afinal, por que isso *cola*?

A conexão capital

Gostaria de voltar de novo a 2013, quando começaram os protestos que se faziam... em relação a quê mesmo? Como toda bolha, é difícil de identificar. Não sei se é exatamente preciso dizer que começou com os R\$ 0,20 do Movimento Passe Livre. Que logo depois se tornaram um enorme e difuso movimento de protesto que ia contra muitas outras bolhas: o dinheiro dos estádios da copa do mundo; o dinheiro dos impostos; as posses do próprio corpo feminino e gay; eram os protestos dos milhares de cartazes que invariavelmente diziam “alguém *não me representa*”; “*não em meu nome*”; “*o meu direito a...*”. Como bem identificou Monica Stival (2016), “a representação é encenada, na prática, como mais um direito liberal, o de escolher ser identificado ou não com esse ou aquele ato ou fala”. Seu argumento, certo a meu ver, mostra que não se trata de “crise de representação” como querem fazer entender alguns analistas políticos de TV;⁵ a representação já “nasceu em crise, já que se define por uma impossibilidade fundamental, que é a coincidência entre vontade particular e ‘bem comum’” (Stival 2016). De meu ponto de vista (que tenho a impressão de não divergir do dela), o ponto aqui é o aumento da noção de “potência individualista” que se efetivou naquele momento, como uma ideologia que estava algo repressa e parece cumprir uma agenda de 200 anos de sua gênese e triunfo – tendo a ideologia econômica como seu principal vetor de realização –, como bem dizia Dumont (1977). Se algo estava dito ali em junho de 2013, é que muita gente estava falando de muitas coisas, cada uma do seu ponto de vista sobre coisas que elas achavam que deveriam desmascarar, ilusões que eram bolhas a serem estouradas: a política, os deputados, os impostos, Dilma, Lula, o machismo, o sinal de trânsito, o banco Itaú, o bolsa família, enfim, contra “tudo que está aí”, etc. Cada um resolveu constituir sua microbolha e eleger um alvo.

Só que bolhas têm uma dinâmica curiosa. Bolhas maiores, mais infladas, vão grudando em outras, e essas menores, quando estouram, inflam um pouquinho a maior (até que essa não aguenta, mas aí é outra história...). Que a rua inflou o autoempoderamento das bolhas de Estado, ninguém tem dúvida: todos os poderes – PF, MPF, Receita Federal, as várias instâncias do judiciário, o legislativo; mas também várias macroforças sociais, como a imprensa, igrejas, institutos, neomovimentos protofascistas, Fiesp, mas também sindicatos, MST –, todos tentaram em algum momento dizer que “a rua” estava consigo. Mas isso é por demais heterogêneo e não resolve de imediato o problema de dizermos que simplesmente “perdeu-se a hegemonia”. Perdeu-se quem? Parece que todo mundo, no caso. Quero voltar então ao fato de que há uma forma-bolha que pode dar um entendimento sobre essa irregularidade toda. É possível voltar ao momento em que um dos fios que podemos puxar, o “fio d’água” das bolhas, está no cruzamento de bolhas do capital com essas bolhas do Estado. Gostaria, assim, de retomar algo que disse há alguns meses no jornal eletrônico GGN (de Luís Nassif), sob o estímulo de minha orientadora, Maria Lúcia Montes, e de Romulo

5 Aliás, um argumento muito enunciado para sustentar a ideia de uma “crise de representação” seria a abstenção eleitoral, o que é sepultado por Fernando Limongi numa simples revisão de números: “O fato é que, entre 2012 e 2016, a proporção de eleitores registrados que deixou de comparecer cresceu apenas 0,5 ponto percentual, passando de 16,5% a 17% entre uma eleição e outra. Mais interessante ainda é o fato de que, em relação a 2014, a abstenção caiu em lugar de aumentar: no ano em que a chapa Dilma-Temer foi reeleita, o eleitorado faltante chegou a 19,9%. [...] Com votos brancos e nulos deu-se o mesmo. Não ocorreu mudança significativa em relação ao pleito anterior. De novo, o que se observou foi um levíssimo crescimento, de míseros dois pontos percentuais, passando de 8,3% para 10,3% dos votos nas eleições para prefeitos” (LIMONGI 2016).

Brillo (Leirner 2016). Trata-se de voltar ao problema da moeda e do governo, relacionando-os a um problema de classes e do individualismo à brasileira. Vejamos.

O fim do governo Lula traz a lembrança de uma recorrência política que está sendo pouco explorada nesse momento. À época da eleição de Collor, muito se falou que ele foi um candidato inventado pela mídia. Como pouco se sabia dele, coube aquilo que lhe vestiram. Seu capital real, inflacionado pelo marketing que lhe atribuiu um verniz de modernidade, se compunha da herança de uma pequena oligarquia alagoana que estava acostumada com os trâmites de Brasília. Collor cresceu sacando o jogo, mas o jogo real, quando caiu nas suas mãos, encontrou um poder baseado numa aposta inflacionada, incapaz de segurar a miríade de interesses que circula entre as grandes capitais brasileiras e Brasília. Não custa lembrar que Collor procurou realizar dois movimentos na economia: confisco da moeda e abertura de capital. Ele secou a base, tornou o dinheiro caríssimo em um primeiro momento e não deu contrapartida; mas, ao contrário do que se podia esperar, a escassez de moeda não resolveu a inflação alucinada do governo anterior: ela logo resultou em inflação galopante, isto é, perda total da credibilidade do Estado. E, logo, não tardou para que a inflação da moeda se convertesse em inflação do poder: Collor tinha pouca base, sua sustentação era ilusória. A bolha estourou em dois anos, e em resumo essa foi a história do poste inventado pela Globo.

Com Dilma houve um movimento político parecido, embora economicamente distinto. Sua duração foi bem maior, no entanto, graças ao fato de que ela sobreviveu na memória de um país anteriormente “estabilizado” por 16 anos. Essa foi, no meu entender, uma estabilidade política que produziu o acordo de uma estabilidade econômica também baseada em bolha: a inflação e a desmoralização do Estado que começaram a ser precipitadas no governo Geisel e tiveram seu ápice em Collor, depois de uns 15 planos fracassados, foram convertidas em uma inflação ideológica baseada no compromisso de uma aliança entre o Estado e o sistema financeiro internacional. Mas tudo continuou a ser bolha, como pretendo mostrar.

Como bem se sabe, entre outras coisas, o plano real se baseou, além da continuidade do programa de abertura do mercado, em um amplo programa de abertura de capitais, especialmente estatais, junto com a contrapartida para uma “dolarização fake” da economia: o câmbio excessivamente apreciado, mesmo que aplicado numa força produtiva meio capenga, serviu para promover o sonho burguês de não ser tão jeca para uma série de atores.⁶ De repente, uma base nada desprezível de setores passou a inflar um setor de serviços (importadores, traders, bancos de investimento, lojistas, etc.) que se expandiu muito graças a um movimento de contração de outras bases: durante FHC 1, venda de patrimônio; durante FHC 2, achatamento da base social, com escalada de impostos (percentualmente maior que as dos governos PT), desemprego e inflação. Mas a absurda taxa de juros e o câmbio apreciado continuaram a inflar a bolha: todo mundo, de uma classe

6 Este é um ponto interessantemente distinto, por exemplo, do argentino: lá se adotou de fato a dolarização, o que parece ter “para sempre” criado a memória homeopática que traduz a estabilidade em posse da moeda norte-americana. O peso acabou sendo, até agora, uma tragédia: inflação sem contabilidade, base gigantesca de moedas falsas e províncias rebeldes à moeda nacional são apenas alguns dos sintomas. Para quem quiser observar mais de perto, basta ficar parado à frente de uma casa de câmbio de Buenos Aires e ver as enormes filas que volta e meia se formam por lá. Mas, como aqui se apostou os rins no câmbio, parece que nesse quesito o Real ainda segurou as pontas como “equivalente universal do trabalho”, mesmo quando a inflação chegou a 25% no governo FHC 2.

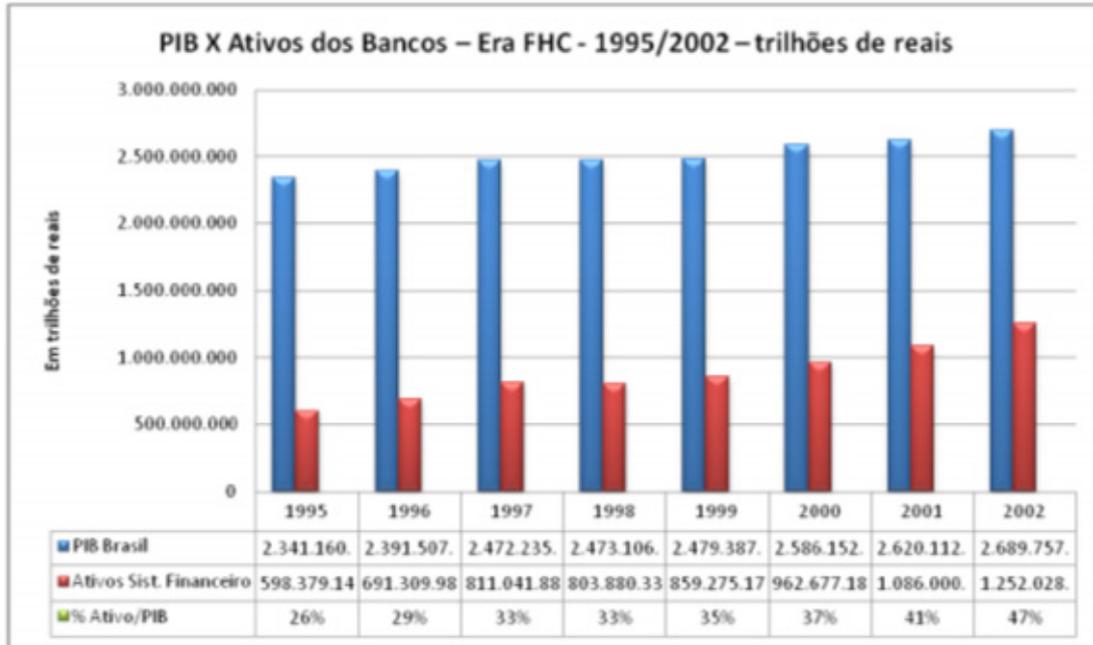
para cima, passou a ter papéis; um pouco mais para baixo, passou a adquirir imóveis em Miami; mais embaixo ainda, a ir para Disney duas vezes por ano.

As amplas garantias que o governo deu ao sistema financeiro, especialmente incentivando a expansão de bancos de investimento que passaram a captar parte do dinheiro do capital produtivo, foram as garantias de amplo apoio da burguesia. Literalmente, trocou-se a inflação, indexada em uma economia que garantia correção monetária a quem tinha capacidade de poupar (quem se lembra do *overnight?*), por uma taxa de juros real de 40%, em dólar. A contrapartida disso foi certa dose de entrada de capital financeiro internacional numa crescente abertura das estatais, *garantindo o dólar baixo e a sensação de equiparação que a burguesia nacional tinha com os global players*. Com a crise energética, esse movimento ficou particularmente claro na reestruturação tentada no setor elétrico, que alimentava boa parte dessa ciranda. Veja-se, por exemplo, uma ata qualquer da Cia. Paulista de Força e Luz ou Eletropaulo, quem são os acionistas: de bancos japoneses até fundos de pensão de veteranos de guerra dos EUA; mas, também, de fundos numerados com estranhas sedes em Alphaville (SP) e representações de bancos brasileiros em Luxemburgo. Esse é um momento-chave, pois esse acordo não cessou durante o governo Lula. Os papéis, ao contrário do que poderíamos imaginar no governo de alguém saído do ABC, continuaram a canalizar um sopro de ar na hidromassagem da banheira social (aquela das mil bolhas de sabão).

Essa é uma história bastante complicada, mas para torná-la minimamente simples em função do argumento que quero trazer aqui, durante o governo Lula os papéis se sofisticaram de maneira “nunca antes vista na história desse país”. O que aconteceu foi um incrível processo de retroalimentação da bolha financeira, que deu gordura inclusive para desachatar a base social mais pobre. Agora, quem ia para Disney duas vezes por ano, começou a frequentar Aspen; e, finalmente, o motorista de táxi que atende minha mãe foi com os dois filhos para a Disney. Mas o que mudou de rota? Houve, nesse momento, um intenso processo de desregulamentação financeira, aos moldes do que havia acontecido nos EUA na década de 1980. Henrique Meirelles, então presidente do BC e ex-presidente do Banco de Boston, foi “o cara” certo para fazer isso. Hoje é o ministro da Fazenda. De volta à época, penso eu, não foi à toa que Lula e Bush se tornaram grandes parceiros. Esse é um processo difícil de se ver e, sobretudo, de se admitir, especialmente para quem cresceu junto de Lula. Mas vamos lá.

Já em meados de 2004, explode um enorme processo de expansão de bancos e financeiras no país.⁷

7 Como indício, ver UOL (2014).



Fonte: PIB IBGE – Ativos dos Bancos - Banco Central (BC)

Figura 2 PIB X Ativos dos Bancos – Eras FHC e Lula. Fonte: PIB IBGE – Ativos dos Bancos – Banco Central (BC).

Mas a expansão dos bancos por si só não explica um processo dialético que alimenta a relação entre sistema financeiro e Estado: de um lado, expandiu-se de maneira considerável aquilo que vou passar a chamar de “dinheiro caro” – aquele que uma financiadora dá a conta-gotas, cobrando um juro enorme. É o dinheiro que vai para nós, os investidores po-

pulares, digamos assim. Mas esse é o mesmo dinheiro que vai também para a outra ponta, a que vou chamar de “dinheiro barato”: aquele que alguém que tem mais de, digamos, 1 milhão, põe num papel seguro e ganha fácil. A cobrança de um alimenta o ganho do outro, e aí o sistema infla. Bolha, de novo. Um sistema retroalimenta o outro, mas não é nesse ponto que quero chegar. As duas pontas se expandiram, e isso com o mesmo dinheiro, o Real, produzido pelo mesmo Estado. No entanto, enquanto se viu com olhos nada vendados a expansão do crédito, outro jogo se fazia na ponta do dinheiro barato.

O capital começou um amplo movimento de recompra desse dinheiro. A burguesia, já suficientemente dolarizada após uma década de câmbio apreciado, passa a usar o expediente de aplicar no mercado de capitais brasileiro a partir de bancos de investimento e *off-shores* localizadas no exterior.⁸

Quadro I – Capitais brasileiros no exterior – estoque								
Discriminação	US\$ milhões							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	196 724	209 488	221 809	273 961	280 265	355 982	391 575	394 246
Investimento brasileiro direto	140 036	155 942	164 523	188 637	202 586	266 252	295 382	294 048
Participação no capital ^{1/}	111 339	113 755	132 413	169 066	192 933	247 172	272 921	269 832
Empréstimos intercompanhias	28 697	42 187	32 110	19 572	9 654	19 080	22 461	24 216
Dos quais: créditos comerciais ^{2/}	10 569	14 988	15 666
Investimentos em carteira	18 216	13 599	16 519	38 203	28 485	22 124	25 437	28 241
Investimentos em ações ^{3/}	6 548	4 828	8 641	14 731	16 903	13 367	16 930	18 622
Brazilian Depositary Receipts (BDR)	3 280	803	2 885	6 489	5 823	3 796	4 031	3 811
Demais	3 268	4 025	5 756	8 242	11 080	9 572	12 899	14 811
Títulos de renda fixa	11 668	8 771	7 877	23 472	11 581	8 757	8 507	9 618
Curto prazo	7 600	4 441	2 551	14 853	5 545	5 932	4 223	6 351
Longo prazo	4 068	4 329	5 326	8 620	6 036	2 825	4 283	3 268
Derivativos	142	609	426	797	668	555	647	609
Outros investimentos	38 330	39 338	40 341	46 324	48 526	67 051	70 109	71 348
Créditos comerciais ^{2/}	8 096	8 420	7 949
Empréstimos	11 600	11 835	12 674	13 825	14 835	19 538	15 939	15 987
Curto prazo	239	109	130	107	114	339	257	278
Longo prazo	11 360	11 726	12 544	13 719	14 720	19 199	15 682	15 709
Moeda e depósitos	23 251	24 368	23 424	27 342	26 376	30 780	35 998	37 300
Imóveis ^{4/}	1 844	1 854	2 625	2 712	3 601	4 612	5 409	5 700
Outros ativos	1 635	1 282	1 618	2 444	3 714	4 026	4 344	4 411
Memo:								
Quantidade de declarantes	15 231	16 105	16 925	20 071	21 738	26 456	30 573	37 085
Pessoa física	13 426	14 228	14 990	17 879	19 430	23 199	27 014	33 169
Pessoa jurídica	1 805	1 877	1 935	2 192	2 308	3 257	3 559	3 916

1/ A partir de 2012 considera, preferencialmente, o valor de mercado como critério de valoração.

2/ Modalidade de ativos coletada, separadamente, a partir de 2012.

3/ Inclui fundos de investimento.

4/ Incluído como Investimento direto - Participação no capital na Posição de Investimento Internacional (PII).

... Não disponível

Figura 3 Capitais brasileiros no exterior – Estoque. Fonte: BC.

- 8 “O crescimento do estoque de investimentos brasileiros no exterior, sobretudo na última década, sugere que a parcela de riqueza detida por brasileiros no exterior através de investimentos diretos está longe de ser desprezível. Ademais, a internacionalização como vetor de crescimento das empresas nacionais parece ser cada vez mais uma estratégia incontornável nas condições mutantes da concorrência internacional” (CNI 2013: 7).

Quadro III – Investimento brasileiro direto – participação no capital																
Estoque - distribuição por país da empresa investida imediata																
Discriminação	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	%														
Total	111 339	100,0	113 755	100,0	132 413	100,0	169 066	100,0	192 933	100,0	247 172	100,0	272 921	100,0	269 832	100,0
Ihas Cayman	16 431	14,8	14 124	12,4	18 308	13,8	29 466	17,4	32 138	16,7	40 264	16,3	42 290	15,5	53 292	19,7
Áustria	31 212	28,0	31 024	27,3	36 268	27,4	37 062	21,9	47 390	24,6	55 618	22,9	66 549	24,4	48 056	17,8
Países Baixos	2 160	1,9	2 380	2,1	3 600	2,7	10 785	6,4	20 819	10,8	28 186	11,4	30 742	11,3	29 096	10,8
Ihas Virgens Britânicas	11 245	10,1	10 685	9,4	13 367	10,1	14 724	8,7	16 231	8,4	22 291	9,0	27 399	10,0	27 806	10,3
Bahamas	9 341	8,4	9 531	8,4	10 291	7,8	12 353	7,3	12 921	6,7	14 500	5,9	16 205	6,7	22 719	8,4
Luxemburgo	4 259	3,8	4 602	4,0	4 356	3,3	4 794	2,8	5 425	2,8	14 719	6,0	17 350	6,4	20 719	7,7
Espanha	4 063	3,7	5 055	4,4	5 270	4,0	8 962	5,3	11 187	5,8	15 376	6,2	19 103	7,0	16 215	6,0
Estados Unidos	6 063	5,4	9 167	8,1	9 943	7,5	13 184	7,8	10 291	5,3	18 401	7,4	14 086	5,2	11 812	4,4
Argentina	2 360	2,1	3 376	3,0	4 251	3,2	5 148	3,0	5 143	2,7	5 511	2,2	4 574	1,7	4 638	1,7
Portugal	1 493	1,3	1 449	1,3	1 962	1,5	3 257	1,9	3 008	1,6	2 139	0,9	2 374	0,9	3 909	1,4
Panamá	1 185	1,1	3 727	3,3	1 005	0,8	1 614	1,0	1 443	0,7	2 430	1,0	3 253	1,2	3 746	1,4
Uruguai	1 678	1,7	2 443	2,1	2 531	1,9	2 487	1,5	2 384	1,2	2 951	1,2	3 003	1,1	3 675	1,4
Hungria	901	0,8	1 827	1,6	1 751	1,3	2 489	1,5	2 513	1,3	3 207	1,3	3 026	1,1	3 229	1,2
Peru	584	0,5	244	0,2	704	0,5	2 254	1,3	1 902	1,0	2 986	1,2	3 298	1,2	2 809	1,0
Reino Unido	605	0,7	1 341	1,2	977	0,7	929	0,5	1 065	0,6	1 556	0,6	2 384	0,9	2 399	0,9
Venezuela	218	0,2	282	0,2	801	0,6	679	0,4	782	0,4	1 083	0,4	1 490	0,5	2 020	0,7
Bélgica	96	0,1	109	0,1	276	0,2	104	0,1	102	0,1	939	0,4	615	0,2	1 632	0,6
Chile	509	0,5	387	0,3	459	0,3	574	0,3	608	0,3	1 107	0,4	1 575	0,6	1 529	0,6
Angola	73	0,1	58	0,1	124	0,1	44	0,0	75	0,0	1 027	0,4	1 392	0,5	1 285	0,5
México	175	0,2	249	0,2	294	0,2	528	0,3	688	0,4	1 052	0,4	1 216	0,4	1 092	0,4
Antilhas Holandesas	1 351	1,2	1 052	0,9	224	0,2	550	0,3	489	0,3	1 447	0,6	1 356	0,5	1 039	0,4
Paraguai	117	0,1	153	0,1	170	0,1	262	0,2	350	0,2	578	0,2	641	0,2	829	0,3
Dinamarca	12 567	11,3	8 036	7,1	9 698	7,3	8 290	5,5	9 831	5,1	783	0,3	779	0,3	767	0,3
Bermudas	599	0,5	234	0,2	1 212	0,9	577	0,3	567	0,3	651	0,3	734	0,3	536	0,2
Colômbia	178	0,2	298	0,3	561	0,4	872	0,5	1 194	0,6	696	0,3	575	0,2	495	0,2
República Dominicana	7	0,0	(c)	(c)	23	0,0	14	0,0	3	0,0	293	0,1	322	0,1	384	0,1
Canadá	16	0,0	13	0,0	1 128	0,9	1 978	1,2	230	0,1	1 604	0,7	323	0,1	355	0,1
Suíça	83	0,1	106	0,1	128	0,1	148	0,1	165	0,1	343	0,1	343	0,1	338	0,1
França	156	0,1	204	0,2	247	0,2	1 006	0,6	949	0,5	1 230	0,5	1 216	0,4	325	0,1
Ihas Virgens (EUA)	69	0,1	80	0,1	161	0,1	199	0,1	247	0,1	246	0,1	192	0,1	223	0,1
China	83	0,1	48	0,0	138	0,1	148	0,1	115	0,1	72	0,0	91	0,0	213	0,1
Ítalia	51	0,0	357	0,3	398	0,3	444	0,3	217	0,1	191	0,1	210	0,1	209	0,1
Alemanha	135	0,1	164	0,1	154	0,1	110	0,1	230	0,1	225	0,1	237	0,1	208	0,1
Belize	43	0,0	43	0,0	28	0,0	114	0,1	55	0,0	173	0,1	117	0,0	194	0,1
Hong Kong	0	0,0	1	0,0	2	0,0	3	0,0	7	0,0	17	0,0	21	0,0	170	0,1
Seychelles	-	0,0	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	48	0,0	4	0,0	85	0,0	126	0,0
Iha de Man	18	0,0	19	0,0	18	0,0	18	0,0	18	0,0	47	0,0	97	0,0	125	0,0
Suécia	(c)	(c)	(c)	(c)	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	-	0,0	79	0,0	120	0,0
Equador	39	0,0	21	0,0	22	0,0	30	0,0	40	0,0	68	0,0	106	0,0	117	0,0
Bolívia	53	0,0	48	0,0	67	0,1	86	0,1	96	0,0	96	0,0	128	0,0	98	0,0
África do Sul	(c)	(c)	7	0,0	5	0,0	21	0,0	15	0,0	91	0,0	90	0,0	97	0,0
Japão	41	0,0	42	0,0	40	0,0	41	0,0	114	0,1	108	0,0	94	0,0	91	0,0
Guernsey	11	0,0	10	0,0	(c)	(c)	-	0,0	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	87	0,0
Ihas Turcas e Caicos	29	0,0	22	0,0	40	0,0	56	0,0	53	0,0	59	0,0	77	0,0	82	0,0
Austrália	0	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	1	0,0	(c)	(c)	71	0,0	62	0,0
Costa Rica	27	0,0	56	0,0	56	0,0	60	0,0	96	0,0	72	0,0	71	0,0	58	0,0
Nova Zelândia	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	77	0,0	84	0,0	56	0,0	42	0,0	58	0,0
Ihas Jersey	30	0,0	233	0,2	92	0,1	131	0,1	126	0,1	96	0,0	96	0,0	46	0,0
Ihas Marshall	(c)	(c)	(c)	(c)	-	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	40	0,0	45	0,0	42	0,0
Ihas São Cristóvão e Neves	12	0,0	15	0,0	14	0,0	19	0,0	20	0,0	35	0,0	42	0,0	41	0,0
Irlanda	(c)	(c)	-	0,0	(c)	(c)	462	0,3	(c)	(c)	5	0,0	27	0,0	32	0,0
Moçambique	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	54	0,0	35	0,0	42	0,0	43	0,0	25	0,0
Liechtenstein	4	0,0	1	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0	13	0,0	10	0,0	23	0,0
Santa Lúcia	-	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	2	0,0	7	0,0	3	0,0	7	0,0	22	0,0
Curaçao	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	19	0,0
Eslováquia	(c)	(c)	(c)	(c)	659	0,5	166	0,1	166	0,1	42	0,0	(c)	(c)	18	0,0
Malta	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	9	0,0	18	0,0
Porto Rico	7	0,0	5	0,0	6	0,0	7	0,0	6	0,0	4	0,0	10	0,0	13	0,0
Mônaco	-	0,0	-	0,0	-	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	9	0,0	13	0,0	12	0,0
El Salvador	(c)	(c)	(c)	(c)	-	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	8	0,0	11	0,0
Índia	(c)	(c)	5	0,0	(c)	(c)	18	0,0	21	0,0	157	0,1	18	0,0	9	0,0
Gibraltar	324	0,3	332	0,3	362	0,3	(c)	(c)	403	0,2	7	0,0	7	0,0	8	0,0
Noruega	2	0,0	7	0,0	9	0,0	105	0,1	109	0,1	6	0,0	33	0,0	2	0,0
Emirados Árabes Unidos	0	0,0	6	0,0	4	0,0	11	0,0	2	0,0	6	0,0	1	0,0	1	0,0
Bahrein	(c)	(c)	1	0,0	71	0,1	2	0,0	2	0,0	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)
Demais ^v	215	0,2	72	0,1	115	0,1	481	0,3	776	0,4	813	0,3	529	0,2	401	0,1

Figura 4 Investimento brasileiro direto – participação no capital. Fonte: BC.

Assim se dá uma dupla garantia. O dinheiro cresce e está protegido em dólar lá fora, garantido pela estabilidade que o processo de ingresso de capitais fornece ao aumento da bolha econômica daqui. Isso em tese, pois o BC não consegue rastrear o que acontece com o dinheiro depois que ele vai para fora, especialmente em paraísos fiscais (destino número 1, cf. quadro BC acima).

Mas há uma questão de lógica: um dinheiro vai para um paraíso fiscal, sede de inúmeros bancos de investimento e fundos. Ninguém manda dinheiro para o exterior para ser aplicado em títulos da dívida americana, europeia, japonesa, etc. Esses estão em juros negativos. Qual é o portfólio então? Os tais mercados emergentes. Nesses, além de o Brasil ser campeão em ganhos, há uma questão claramente política: por que um investidor brasileiro iria colocar seu dinheiro num mercado como o russo, se ele pode olhar de perto o que está acontecendo em um “*insidejob*” dos principais papéis brasileiros: elétricas, Vale, Petrobras, etc.? Ou seja, o sujeito coloca seu dinheiro lá fora, protegido pelo dólar e pelos tais *swaps cambiais* que o governo garante aqui (recompra pelo valor de câmbio real em dólar, caso haja desvalorização do Real), para de lá investir na compra dos papéis daqui, especialmente estatais.⁹ É aí que se torna absolutamente estratégico ter pessoas no conselho dessas empresas... Por “acaso”, tais empresas têm sido fonte inesgotável de denúncias: possivelmente, o esquema que a Lava-Jato procurou desmontar curiosamente não prevê, nem pretende agir, sobre esse outro esquema paralelo que se faz nas franjas da legalidade. Desse ponto de vista, talvez um palpite seja algo arriscado aqui, mas o que a ação precipitada pela Lava-Jato fez foi simplesmente eliminar uma das partes da concorrência. Mas isso já sabíamos, não é? Pelo menos do ponto de vista político, seus efeitos na tomada do Governo por outro grupo, esse foi e é um movimento bastante claro. Na sua relação mais aparente, isso também se traduz na promessa número 1 de Temer, que é garantir o “ambiente institucional para que os investimentos possam voltar para o Brasil”. Mas por que afinal eles mudaram o ritmo que vinha durante os dois governos FHC e os dois Lula?

Se essas entradas e saídas de dólar tiverem algumnexo, vemos um processo em que o capital nacional se internacionaliza para pôr o dinheiro de volta aqui, ganhando em cima dos juros brasileiros e da garantia de investimentos de risco protegidos pelo sistema financeiro em dólar. Isto, é claro, é uma operação pouco visível para o BC, que só nota o investimento direto em ativos lá fora (IDE: Investimento Direto no Exterior).¹⁰ Não é à toa

9 Mas não só. Aparentemente o setor de imóveis também foi amplamente agraciado com esse tipo de operação. Uma ponta do iceberg pôde ser vista nos Panama Papers e no caso do “tríplice dos Marinho” em Parati. Por que, afinal, usar uma off-shore panamenha para comprar um imóvel local? Não há outra razão senão aquela que vem do simples fato de que é porque o dinheiro está lá, e não aqui. Isso vale mais que o risco de ser pego pela Receita Federal...

10 “Uma observação importante em relação ao peso dos serviços no estoque de capitais brasileiros no exterior refere-se ao fato de que a pesquisa do Banco Central não permite identificar o ‘destino final’, em termos setoriais, do investimento feito a partir do Brasil, mas apenas a ‘empresa investida imediata’. Como uma parcela importante dos investimentos é direcionada, na saída do Brasil, a holdings ou a subsidiárias não operacionais no exterior, recursos cujo destino final pode ser a compra de uma empresa industrial (inclusive em país diferente daquele para o qual foi feita a remessa de capital) são registrados como investimentos em serviços prestados às empresas e financeiros – justamente os que têm maior peso no conjunto dos setores de serviços. Este critério de classificação produz um viés de superestimação da participação de serviços financeiros e prestados às empresas – e, portanto, do agregado de serviços – e uma subestimação do peso dos demais setores – inclusive os industriais – no estoque de investimento brasileiro no exterior. No caso dos destinos geográficos dos investimentos, o mesmo

que os maiores destinos desses investimentos são as Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Áustria, etc. (ver quadro acima). Mas o que realmente me soa estranho é que, mesmo com esse montante enorme de capital sendo remetido ao exterior, as reservas internacionais não pararam de crescer (ver quadro logo abaixo). Isto é, *entram mais dólares do que saem*. Se olharmos para os superávits comerciais, eles não são suficientes para fechar essa conta. O que passa então pela minha cabeça é que todo esse dinheiro que sai, volta, corroborando a hipótese acima.

EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS* (US\$ Bilhões)

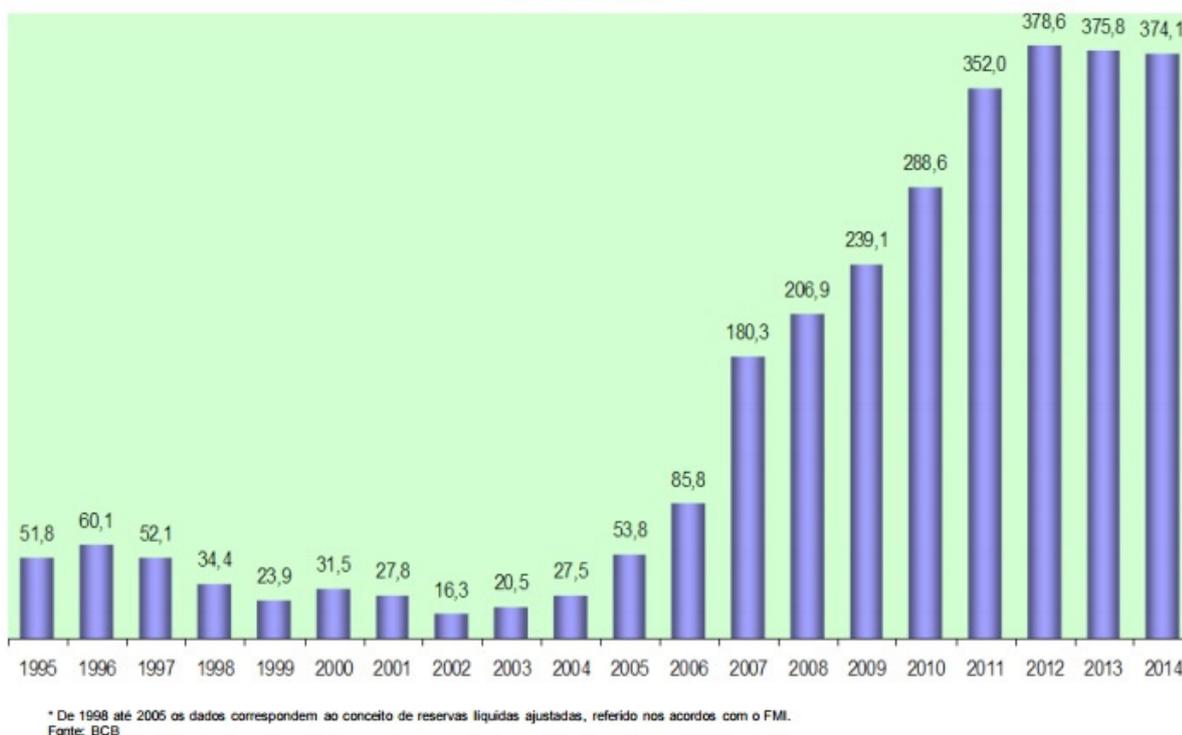


Figura 5 Evolução das reservas internacionais líquidas (US\$ Bilhões). Fonte: BCB.

Mesmo com o quebra-quebra de 2008, isso não foi suficiente para tirar o respito desse movimento, daí a tal “marolinha” de Lula. Para quem quiser ver esse processo, basta entrar nos relatórios do BC sobre capitais brasileiros no exterior. É notável a expansão durante todo o ciclo do Real (até 1992 eram uns poucos US\$ bi, em 2014 são quase 400bi), mas os saltos realmente fortes foram entre 2010 e 2013. O que chama atenção de fato é que *a menor expansão jamais registrada é entre 2013 e 2014* (ver quadro logo acima). Coincidentemente, é nesse momento que Dilma vai perdendo todo seu apoio entre os diversos setores do capital.

Essas operações têm que ser feitas com uma espécie de fiador lá fora. Quando resolvi seguir o rastro desses fundos de investimento que estavam presentes nas atas das reuniões do setor elétrico daqui, foi aí que surgiu a pista. Por exemplo, havia um fundo, que

critério tende a gerar participação superdimensionada dos paraísos fiscais ou de países com baixos impostos ou que oferecem benefícios fiscais específicos para sociedades com propósito específico (SPEs)” (CNI 2013: 8).

peguei aleatoriamente, “GMO emerging markets” (há centenas desses), parte de seu capital é formado por empresas do agronegócio que se dedicam à pesquisa e cultura de transgênicos no Brasil. No entanto, são vários fundos que se reúnem nela. E outros que se cruzam, por exemplo um “The Master Trust Bank Of Japan, Ltd. As Trustee For Mtbj400045835”. No entanto, se olharmos para esses dois fundos, ambos têm duas coisas que se locupletam: ambos estão englobados pelo J. P. Morgan e têm sede em um conjunto de prédios em Barueri, ao lado de Alphaville, além de uma sede em NY e subsidiária em Tóquio.

J. P. Morgan é um dos nomes parceiros de bancos e financeiras que entram em efeito cascata hoje. Tudo se dá em função de um sistema de garantias e recompras. Por exemplo, uma montadora tem um banco; este é controlado por outro, que tem parceiros internacionais, etc. Quando vemos na lista dos investidores das elétricas do Brasil o nome de um fundo de pensão de funcionários de sindicatos de Detroit, por exemplo, dá para imaginar como esse caminho é complicado. O financiamento do Chevrolet Celta daqui (um dos carros mais baratos), indiretamente, paga o rombo de Detroit, que investe na CPFL. Olhando toda essa operação, está o J. P. Morgan, ou o Goldman Sachs lá, através do Itaú, aqui. Então é notável que o capital internacional é, também em grande medida, nacional, ou vice-versa.¹¹

De todo modo, foi notável como este plano de Lula sem querer funcionou, financiando inclusive a enorme ampliação da base social tomadora de crédito – este, aliás, um dos requisitos para fazer o sistema girar. E a aposta de Lula foi usar o setor de energia e petróleo para financiar por alguns anos mais esse processo de expansão do capital. É aí que as coisas novamente se enroscam. Aliás, foi aí o racha que hoje vemos entre Dilma e Marina Silva. O par que iria alimentar isso era a associação entre a Petrobras e grandes empreiteiras, que fariam as obras de infraestrutura nesses lugares. O pré-sal, a margem interna desse projeto, além de projetar poder no atlântico sul, elevaria a oferta doméstica de barris de 1,5 para 5 milhões de barris/dia (claro, às custas do aumento de 5 vezes o tamanho da dívida, mas isso com certeza ia ser equacionado), oferecendo colchão não só para a indústria automobilística, capenga no mundo mas aquecida aqui, como para as termelétricas, que garantiriam que não mais se passaria por um apagão semelhante ao que murchou FHC.

Junto a isso, claro, está aquilo que todo mundo sabia desde sempre, que a base do PT era insuficiente, e o mensalão foi um mecanismo grosseiro de garantia de gestão dos interesses no legislativo. O petróleo se constituiria num processo mais engenhoso, dado que tudo se passaria no interior de estatais, protegidas por segredos industriais, num acordo tácito com a assim chamada “base aliada”. Além disso, já na década de 1980, a Petrobras era uma das maiores fontes de Investimento Direto no Exterior (IDE), só diversificados para valer depois do governo Lula (o número de declarantes de IDEs em 2001 [ano base 2000] era de aproximadamente 11,5 mil; em 2003 [ano base 2002], cai para 10 mil; em 2011 [ano base 2010], são 21,7 mil; em 2014 [ano base 2013], 37 mil). É aí que Dilma

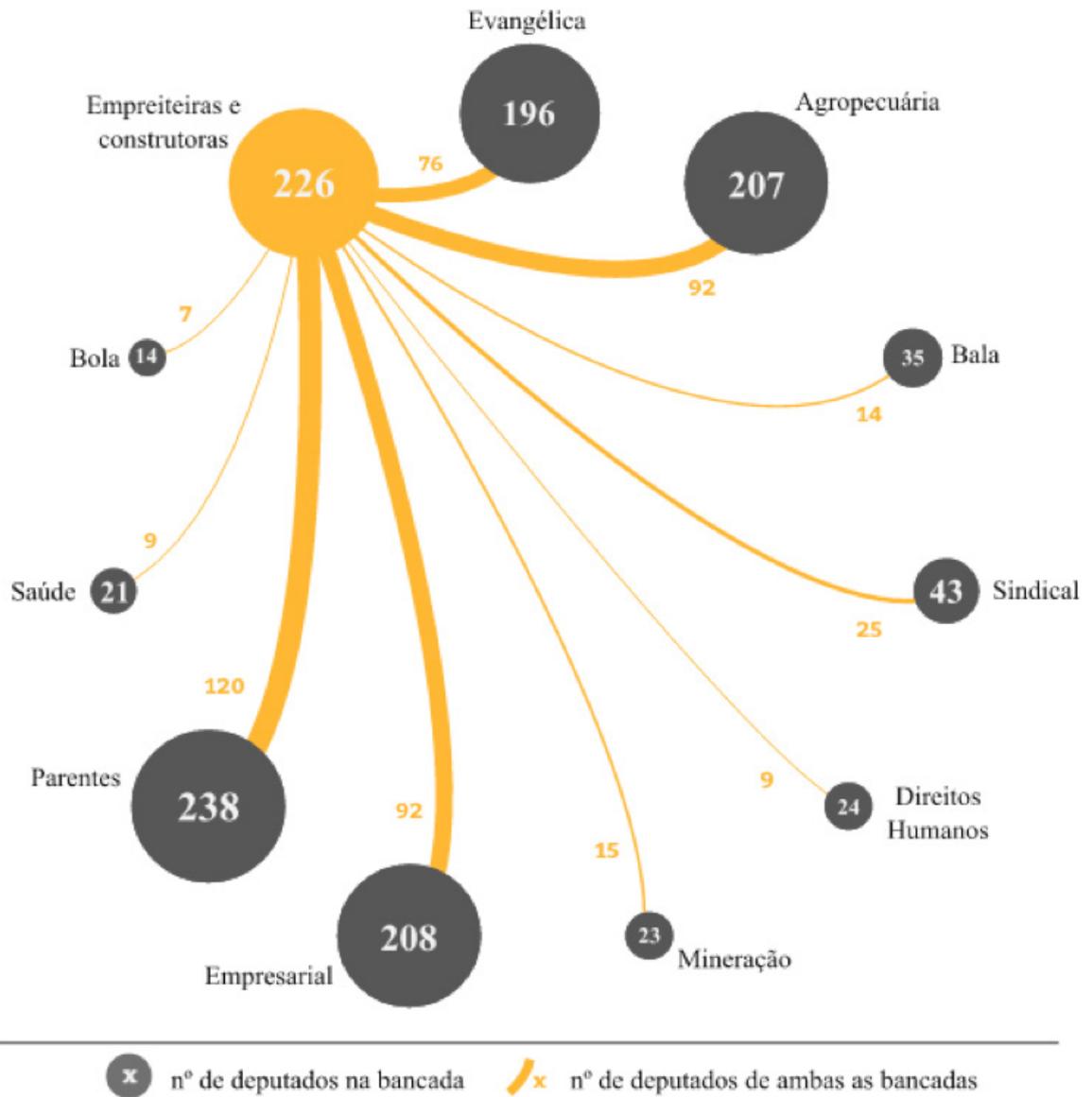
11 Para se ter uma ideia do paralelo, veja o tal caso dos fundos abutres da Argentina. Aparentemente era uma questão de fundos de risco: se ganha muito, arriscando-se muito. Essa é a regra do jogo ao se aplicar em emergentes. Tudo se passou como se fosse uma simples pressão de investidores americanos através dos grandes bancos querendo seu quinhão de volta, mas não é só isso. Uma parte considerável é de investidores argentinos, e aí a pressão para pagar tem algum efeito interno. As relações exteriores não funcionam se não estiverem conectadas com as interiores...

venceu internamente a disputa para sucessão de Lula. Nessa aposta. A bolha do executivo poderia se garantir desde que essa bolha do fluxo de capitais continuasse inflando, junto. Todo mundo sai ganhando, e os postes de energia alimentam tanto o capital quanto a política. É assim que Lula foi plantando postes por aí.

Evidentemente, esse é só um dos pontos do problema todo. Sustentar o acordo tácito de ampliação da capitalização internacional da burguesia e a ampliação do dinheiro difícil do crédito não é simples. O projeto, como sabemos, tira capital fixo e investimento da indústria e concentra-os nos serviços e nas commodities. Quando se fala que a taxa de investimento no Brasil é irrisória, geralmente não se está levando em consideração que os IDEs praticamente dobram o número. Essa foi a dinâmica desde FHC, que parece ter encontrado seu ponto de culminância em Dilma 1.

Dilma, que foi uma verdadeira usina de postes, começa seu segundo governo com um sério problema: para sustentar esse projeto, é notável que ela tem que fundar um novo monopólio econômico, com concentração de poder demasiada nos setores energético e nas empreiteiras, que trabalham agora como um consórcio. Os IDEs, como vimos, praticamente estagnaram entre 2013 e 2014, o que pode ser um forte indício de esgotamento desse ciclo. Isso talvez porque fundamentalmente a baixa nas commodities retirou boa parte do atrativo desse tipo de jogada; mas, afinal, esse era um ciclo que operou desde sempre no plano Real, não se muda de uma hora para outra. Concentrar em energia e construção parecia ser, por algum motivo que só me vem à cabeça se considerarmos a POLÍTICA, uma saída possível para esse impasse. Isso porque, basicamente, esses são os setores que também se propagam nas fileiras de um monopólio político, deixando à deriva cada vez mais setores tradicionais do empresariado, sobretudo paulista, que de certa maneira sempre esteve conectado com o PSDB. É notável que a assim chamada “bancada das empreiteiras” vai se tornando a maior do congresso. E, pasme-se, qual seria o partido dominante dessa bancada? Vejamos uma breve comparação:

As bancadas da Câmara dos Deputados



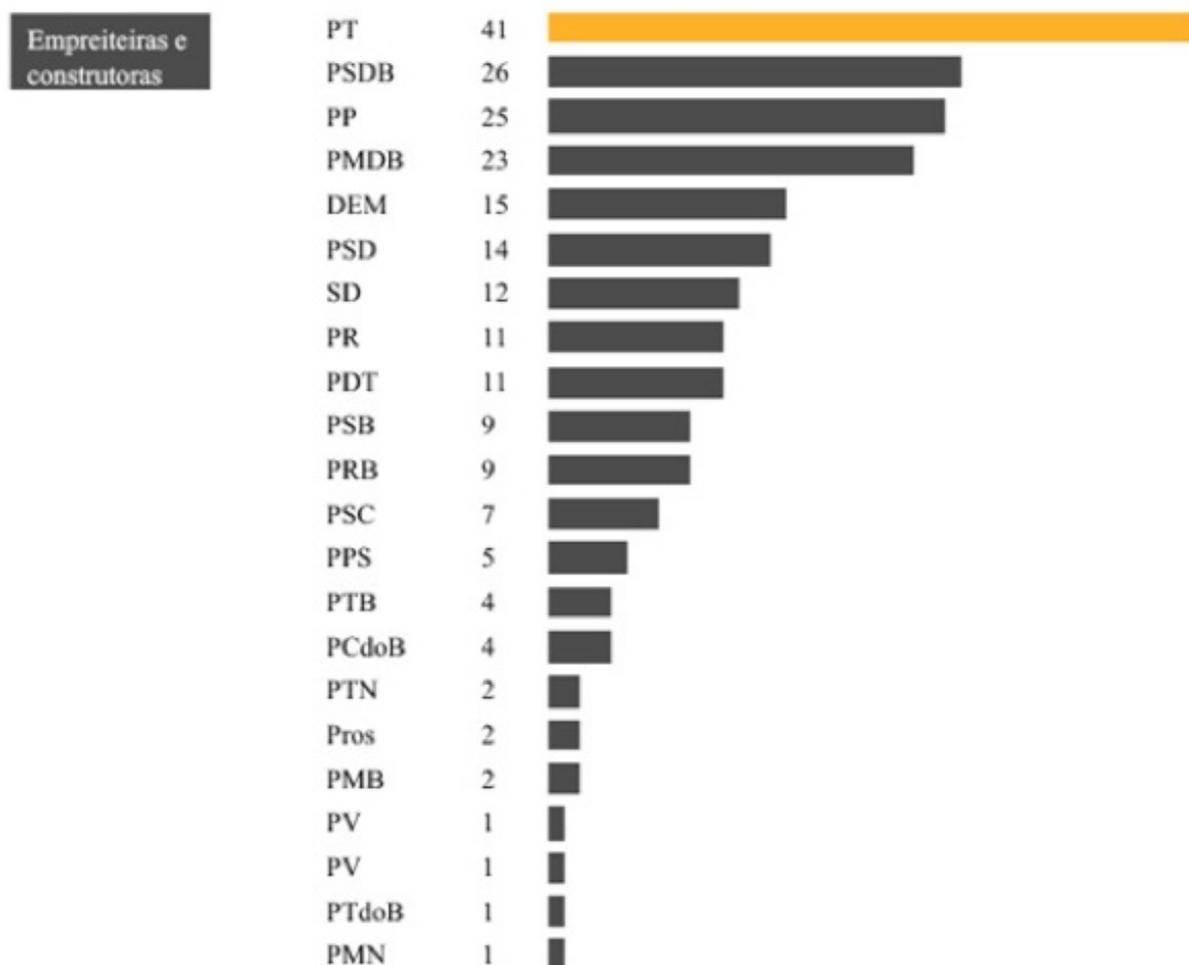
Partidos por bancada >

Figura 6 Bancadas, segundo pesquisa da *Agência Pública*.

Fonte: <http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>

No entanto, é preciso notar que desde o começo a política de desindustrialização foi fruto do acordo de promoção que a burguesia establishment realizou com o setor financeiro para estabilizar a moeda, e assim o próprio Estado. É notável, contudo, que seu crescimento causou cada vez mais dependência de capitais que estavam absolutamente fora do controle da própria burguesia e algo fora do controle dos próprios bancos brasileiros. Conforme bolhas aumentam, outras vão estourando. Ainda assim, Dilma, talvez vendo que uma bolha enorme poderia estourar em sua mão, tem que recorrer a soluções complicadas para ventilar o sistema todo: de um lado, selar uma ampla gama de incentivos ao setor industrial, dando um refresco para que este continuasse a reprodução de capital em ritmo aceitável. De outro, aumentando o programa de crédito de dinheiro difícil, subsidiando vários programas sociais. Amarrando essas pontas ainda estaria todo o programa de infraestrutura, que selaria a base política de seu governo.

Tudo isso funciona desde que se tire de algum lugar. Em FHC se tirou da fórmula inflação alta, mas controlada + juros + desemprego, mas houve uma “inclusão burguesa” e venda de patrimônio; em Lula, tirou-se de desregulamentação financeira e fusão de capitais, nacionais e estrangeiros, aumentando substantivamente a participação do capital financeiro na economia (é isso o tal crescimento do setor de serviços...). Todo esse jogo, como é mais do que sabido, só funciona na aposta de crescimento entre setor primário e de serviços. Era previsto que esse processo gerava a chamada “doença holandesa”, mas mesmo assim a reserva do pré-sal era tão gigantesca que poderia garantir alguns anos de alimentação ao sistema. Ainda assim, jorrar petróleo para exportação acirra uma contradição, pois a desindustrialização decorrente da apreciação cambial¹² acelera a fuga da indústria para fundos aplicados nos próprios setores exportadores, e ela de fato fez amplo uso da papelada para tal. Mas subsidiar a indústria aumentando a desindustrialização é algo, para se dizer o mínimo, psiquiatricamente bipolar.

Mas sempre há um ponto crítico: é preciso manter o parque, como diria o arquiteto em Matrix, “nem que seja em níveis críticos de sobrevivência”. Para Dilma, a questão era reativar esse parque. Refinanciar a indústria, jogando uma dinheirama nela, ainda que mantendo o câmbio lá embaixo. Mas então tirar de onde? A solução foi, sem sombra de dúvida, espremer os bancos. E foi aí que a bolha começou a esticar e deformar. Minha hipótese é que o setor financeiro é de tal maneira internacionalizado e imbricado à (geo) política que mexer nele tem implicações que fogem ao controle do governo dos assuntos domésticos: é uma questão de Estado, articula este em várias instâncias.

Nesse sentido, apego-me aqui sumariamente à análise brilhante de André Singer (2015) sobre como este processo se desdobrou durante o governo Dilma. Segundo ele, a debandada começou com os bancos. Dilma forçou os bancos públicos a reduzirem cada vez mais os juros de financiamentos, além de diminuir a Selic. Para Dilma conseguir aumentar o crédito como desejava, seria preciso, sobretudo, chegar a taxas de juros reais próximas de 1%, patamar problemático, pois estica a corda de outro lado. Como vimos, o juro alto e o câmbio apreciado são a base da manutenção de uma aliança frágil entre diversos setores de capital. Descer o juro representa algo fora da curva no Brasil. Dá para aumentar o juro e diminuir o câmbio, e vice-versa. Mas ambos... Claro, ninguém é idiota quando se está no governo, e provavelmente se intuía que esticar a corda nesse patamar poderia arrebatá-la. Decidiu-se por uma série de medidas que fariam um contrapeso, literalmente financiariam esse plano. Elas se centram na baixa forçada da energia e dos combustíveis,¹³ além do dólar (tenho a impressão de que esse dólar baixo seria visto como

12 Ver L. C. Bresser Pereira (2008) e Veríssimo, Xavier & Vieira (2012).

13 Embora a intenção inicial da “Nova Matriz Econômica” fosse uma taxa de câmbio competitiva, é notável que em 2012 e 2013 ela só subiu perto da inflação. A subida real, a patamares que seriam competitivos, ocorrida em 2015, foi um efeito colateral da crise política. Sobre a “Nova Matriz...”, ver reportagem com o então secretário de política econômica da Fazenda, Márcio Holland: “O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, diz que o baixo crescimento da economia em 2012 foi causado pela transição do país para o que ele chama de ‘nova matriz macroeconômica’. Essa matriz combina juro baixo, taxa de câmbio competitiva e uma consolidação fiscal ‘amigável ao investimento’. Holland afirma que, em um primeiro momento, a transição para a nova matriz traz custos às empresas e investidores, acostumados a operar sob a lógica do curto prazo. Para ele, esse momento já passou e, agora, com o novo modelo e com os estímulos criados pelo governo para o investimento de longo prazo, a Formação Bruta de Capital Fixo voltará a crescer de forma acelerada – 8% em 2013, um ritmo duas vezes maior que o do Produto Interno Bruto. Investidores, bancos, economistas, analistas em geral estão revendo seus modelos de negócio” (Valor 2012).

a salvação da pátria, só que não...);¹⁴ e no uso dos bancos públicos como tapa-buracos de rombos no orçamento, o que gerou o aumento astronômico das tais conhecidas “pedaladas fiscais” (e, note-se, a conta que nunca fecha é sempre em torno de 150 bi...). Mas, afinal, esse não poderia ter sido um simples acordo com o capital? Algo que diga: “olha, vocês podem pagar essa conta por uns 3, 4 anos?”. É aí que entramos na bolha, de novo: se numa jogada dessas um ou outro setor se quebra, todos podem começar a estourar, e aí, como sabemos e vemos acontecer nos quatro cantos do mundo, o efeito dominó dá conta do resto – crise sistêmica.

Tive uma conversa bastante interessante com um economista importante, de orientação ortodoxa e liberal, na qual perguntei, há coisa de um ano, por que raios esse número mágico de Selic a 14,5% ao ano (5~5,5% reais). Por que não 13,75%? Ou 12%? Ele disse que isso não fazia sentido algum, era simplesmente um “número mágico”. Era um acordo tácito. Mas, afinal, cada pontinho desses representa mais de 100 bilhões no comprometimento do orçamento, ou quase meio ajuste fiscal. Não creio, assim, que seja só mágica, embora tenhamos que respeitar o ponto de vista nativo. Ou então, sabemos, a magia deve ser encarada com sua eficácia. Diminuir 150, 200 bilhões desse tal “acordo tácito” era estourar a bolha de todo aquele compromisso iniciado lá atrás, com FHC, e continuado com Lula. Pouca gente, mas muito graúda, sacou as implicações disso (inclusive esse economista). Afinal, que mal faria se as pessoas ainda tivessem o amplo acesso ao crédito; as indústrias, especialmente a automobilística, aumentando sua produção em 1 milhão de carros por ano? No entanto, secar o dinheiro fácil, da ponta de cima, implica secar o difícil, de baixo. Como vimos, ambos estão conectados. Então, foi surpresa, mas pelo visto só para o governo, que diante da taxa de juros mais baixa de sua história a inadimplência tenha estourado no Brasil. Se as pessoas estavam pagando menos juros de um lado, mas comprando mais por outro, os preços – mecanismo de reação do capital frente a perdas em outras áreas – estouraram, e aí vem a conta para pagar. É, assim, um problema de (des)acordo de classes.¹⁵

14 Singer vê isso como um ensaio desenvolvimentista que começou em 2011, pleiteado inclusive pela Fiesp: “Dilma preparou-se, então, para encerrar o ano com chave de ouro. Reduzir o preço da eletricidade atendia campanha lançada pela Fiesp em 2011 e fazia gesto à população pobre, para a qual o peso relativo da energia é relevante. Com o BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção a juros mais baixos, certo controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e encomendas da Petrobras, compras governamentais e tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, programa de investimento em infraestrutura lançado, aumento do limite de endividamento dos Estados e juros mais acessíveis nos bancos comerciais, o ensaio desenvolvimentista chegava ao auge” (Singer 2015: 53).

15 “O argumento nesta última via interpretativa é que a quantidade de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista na linha do ‘hoje foi ele, amanhã posso ser eu’. Em consequência, acabou por unificar o conjunto do capital contra a ‘nova matriz’. Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a ‘batalha do spread’, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a ‘modicidade tarifária’, as ‘elétricas’, insatisfeitas com a MP 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção no Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular

Na interpretação de André Singer, a debandada da burguesia financeira foi um sinal para que depois, alguns meses, o agraciado empresariado da Fiesp (estima-se que o bolsa empresário tenha sido por volta de R\$ 350 bilhões, justamente a economia dos juros), por instinto de sobrevivência, tenha abandonado o barco.¹⁶ Mas há algo a mais aí. Lembre-se de que por trás de muita ação ali estava um grande plano de alavancar o desenvolvimento a partir da aliança entre energia e construção civil. Singer mostra que a reação dos acionistas internacionais das elétricas foi o que plasmou definitivamente a retirada de apoio do setor financeiro. Em minha interpretação, como de fato a burguesia industrial estava mais do que amarrada nesses papéis, o que ocorreu foi o abandono de barco por conta da real perda de dinheiro aplicado através das *off-shores*, especialmente em papéis bastante indexadores da economia brasileira: Petrobras, etc. Some-se a isso o fato de que a queda nos preços das commodities acentuou a fragilidade de um plano que dependia completamente da alta delas, sobretudo do petróleo.

Mesmo assim, como sabemos, Dilma se reelegeu, e com ela a maior bancada das empreiteiras que assumiu o congresso. Essa era uma aliança ainda extremamente forte, outra bolha que parecia ser indestrutível, como Dirceu lá atrás. Surpreendentemente, paralelo a esse fato, o governo percebe que tem que se reorganizar com a banca, senão a vaca iria para o brejo. Tarde demais. Entre 2014 e 2015, o valor de mercado dos bancos brasileiros caiu cerca de 25%,¹⁷ mesmo tendo lucros absolutamente recordistas (aliás, a rentabilidade dos bancos brasileiros consegue ser maior que a norte-americana);¹⁸ a Petrobras perdeu quase todo seu valor, mesmo tendo aumentado 1 milhão de barris/dia a produção. Nessa hora, vemos que a economia produtiva está bem descolada daquela da ilusão da bolha. Pelo visto, esse foi um indício de uma das bolhas que começaram a estourar. Mas aí fica a pergunta, de novo: estamos falando de setores muito poderosos, empreiteiras e energia – como podem ter caído tão facilmente? Como poderia uma investigação, um juiz, de uma primeira instância, ter estourado essa bolha?

Individualismo latente e o problema das classes capitalistas

Evidentemente não se trata aqui de atribuir a Sergio Moro e seus asseclas alguma virtude extraordinária, algo que faria emergir outro “choque de realidade” que nos colocaria do dia para noite de ponta-cabeça. Falamos, isso sim, de um problema que deve equacionar o tipo de abertura que a vida social dá para criar as condições necessárias para um evento que envolva uma agência hiperindividualista no interior de um ambiente tão re-

punidas por falta de investimento, a classe média tradicional irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens e dos importados e os industriais afetados pelas políticas pró-trabalho” (Singer 2015: 67).

16 “Pode-se supor que, embora a redução de juros e o lançamento dos pacotes de transportes e energético obtivessem aplausos do campo industrial, por baixo das manifestações simpáticas começava a fermentar a rejeição já ao longo de 2012. A remodelação do setor elétrico, a qual demonstrou a capacidade de o Estado intervir de maneira firme, teria, então, catalisado desconfianças dispersas. Bom conhecedor do assunto, o ex-ministro Delfim Netto afirmava, no final de 2012, que os empresários haviam se convencido de que ‘a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar a atividade privada, ampliar a ‘estatização de setores estratégicos’. Por isso, decidiram afastar-se de Dilma” (Singer 2015: 68).

17 http://www.agebb.com.br/fique_007795.asp

18 http://images.infomoney.com.br/analise-tecnica/Economica_grafico_2_24032015.jpg

gulado como o Estado. Trata-se, me parece, do “nosso Capitão Cook”, que, junto com toda sua tripulação, só pode ter sua apoteose na sua morte, ostracismo ou exílio (cf. Marshall Sahlins (1985)). O ponto que tratei inicialmente, detectado na “síndrome de Barbosa”, deve ser pensado estruturalmente: para Barbosa aparecer de um lado, teria que haver quadrilha-PT do outro. É imperativa a operação dialética nessa situação.

Pois bem, ao contrário do que se previa, o PT não terminou no mensalão, pelo contrário. A reeleição de Lula fez, como pretendi mostrar acima, o consórcio se fortalecer. Mas, é notável, o jogo de alianças entre política e capital não pode ser compreendido pela lógica da reciprocidade. Lula com alguma razão lembra, volta e meia, que nunca empresários ganharam tanto quanto no governo dele. Ao mesmo tempo, somos lembrados também como os setores financeiros lucraram mais e mais, a cada ano de governo do PT. O fato de Dilma ter descido os juros, e depois subido novamente depois da posse na reeleição, indicou claramente que todo o sistema se nutria como uma pirâmide financeira: trata-se, literalmente, de transferência de recursos do Estado para o Capital Financeiro. Mas evidentemente os problemas não se esgotam aí.

Logo acima, mencionei um problema de desacordo de classes, em função da queda de juros e da inadimplência. Como está apontado na nota 15 acima, André Singer chama a atenção sobre aquilo que se usou chamar na época de “batalha do *spread* bancário”. Esse *spread* é, em termos grosseiros, a diferença entre aquilo que o banco deve de juro captado em relação à taxa oficial (Selic, títulos do governo, etc.) e o quanto ele cobra dos correntistas em termos de juros daquilo que ele empresta. Como se sabe, no Brasil se pratica o maior *spread* do mundo. Isso se deve a uma série de razões; mas antes de tentar dar o meu palpite, gostaria que se vissem os dois gráficos abaixo, retirados da “Série de Perguntas Mais frequentes”, editadas pelo Banco Central:

Gráfico 1 – Evolução das Taxas Médias de Juros (até março de 2016)

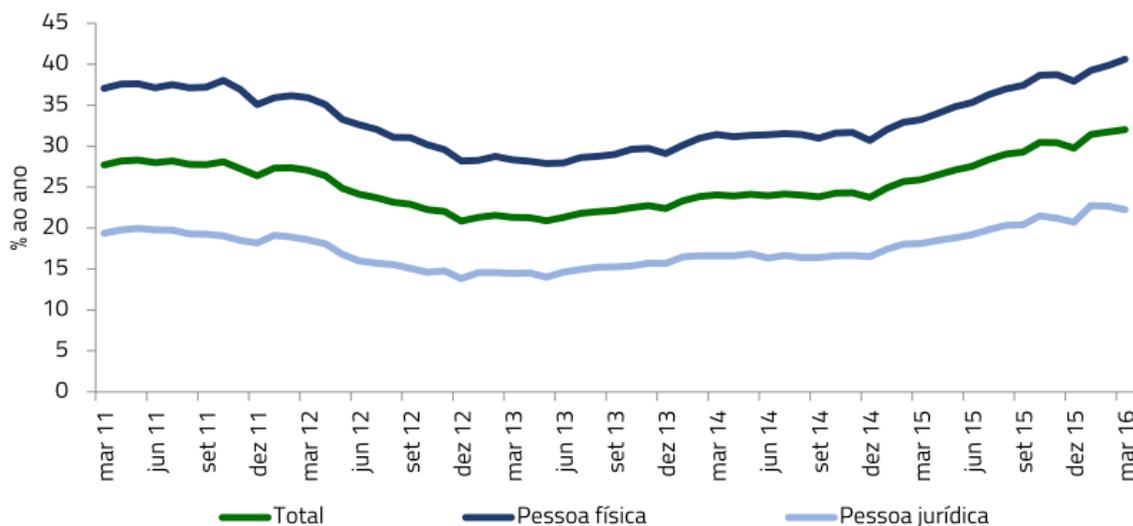


Figura 7 Evolução das Taxas Médias de Juros (até março de 2016). Fonte: BCB.

Gráfico 2 - Spread Bancário – por Tipo de Recurso e Tomador (março de 2011 X março de 2016)

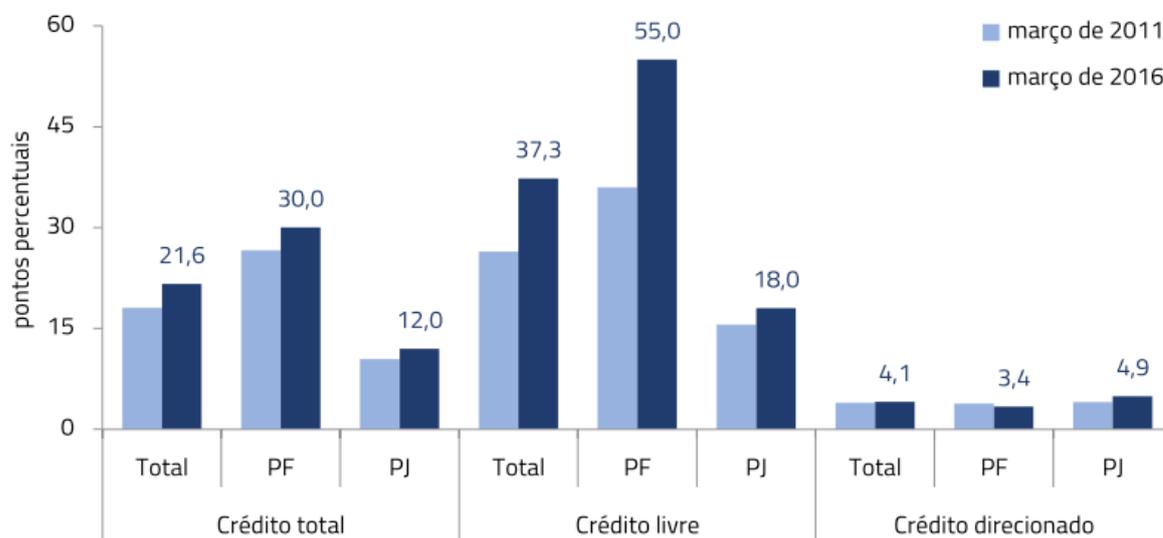


Figura 8 Spread Bancário – por Tipo de Recurso e Tomador (março de 2011 X março de 2016). Fonte: BCB, SGS 20783, 20785, 20784, 20786, 20809, 20787, 20825, 20837 e 20826 (na ordem em que aparecem no gráfico, da esquerda para a direita).

O que é absolutamente mais notável nos gráficos acima é que eles mostram a comparação entre situações de juros (março de 2011 e de 2016) parecidas, mas de *spreads* completamente diferentes. O *spread* leva em conta vários cálculos que um banco embute: impostos, taxas administrativas e previsão de inadimplência são os principais. Notem-se acima, contudo, dois fatores: (1) a enorme diferença de spread entre pessoa física e jurídica; (2) a enorme diferença de *spread* para pessoa física entre crédito livre (cheque especial, cartão de crédito, etc.) e crédito direcionado (consignado, garantido na folha de pagamento). O que isso implica? Que o único fator variável nessa história é o cerceamento do crédito à maioria das pessoas físicas no Brasil, isto é, a evidência mais clara de que há um forte operador de classe agregado ao modo como o dinheiro é circulado no País. Como evidência mais clara disso, lanço mão do terceiro gráfico que mostra o que seria a principal alegação para o aumento brutal do spread: a inadimplência.

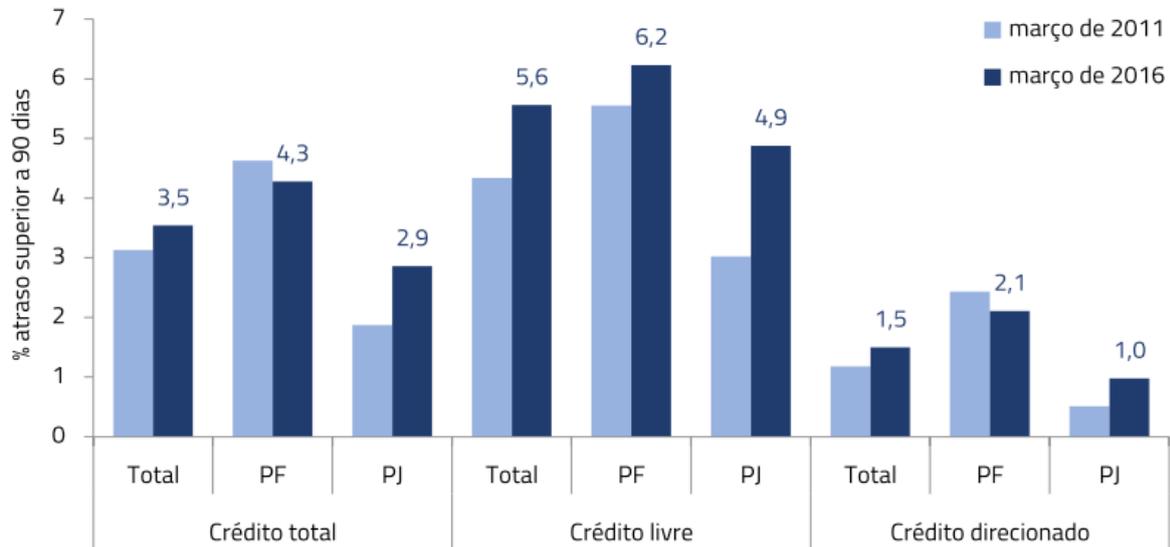
Gráfico 3 – Inadimplência nas Operações de Crédito (março de 2011 X março de 2016)

Figura 9 Inadimplência nas Operações de Crédito (março de 2011 X março de 2016). Fonte: BCB, SGS 21082, 21084, 21083, 21085, 21112, 81086, 21132, 21145 e 21133 (na ordem em que aparecem no gráfico, da esquerda para a direita).

Note-se, de maneira escandalosa, que a inadimplência total de pessoa física *diminuiu*, e mesmo a do crédito livre não foi suficientemente alta para explicar o aumento de 25 pontos no spread bancário entre 2011 e 2016. Ao mesmo tempo, é inexplicável que o spread de pessoa jurídica tenha se mantido praticamente estável, uma vez que sua inadimplência quase dobrou. A única explicação que me convence é, novamente, sociológica e não financeira: tratou-se de uma operação de retirada de recursos da população para financiar o setor rentista, ao qual se somam as classes remediadas pelo Plano Real – pequenas burguesias, profissionais liberais, whitecollars, etc. – e a burguesia industrial e do agronegócio que ganham há muito tempo aplicando no mercado. Enfim, tratou-se de uma contraofensiva dos setores “personalité” dos bancos contra o achatamento do ganho com juros e aumento do crédito junto aos que almejavam uma nova emergência. Fim, assim, da multiplicação das hierarquias sociais que vinha acontecendo num ciclo de média-longa duração, o que mostra que a história no Brasil é feita aos solavancos.

A diminuição dos juros somada à competição lançada pelos bancos públicos expôs a contrarreação do capital financeiro. Como resultado, vemos hoje, no governo Temer, Banco do Brasil e Caixa Econômica aplicando taxas de empréstimo maiores que os bancos privados. Desse modo, penso que um bom jeito de sintetizar o problema é pintar uma natureza morta: tudo se passa como se a incerteza da luta de classes tivesse aumentado com a eleição de Dilma 2. Os bancos interromperam, assim, contra e com o Estado, um ciclo de inflação de aparecimento de novos setores com acesso ao “mundo dos bens”, mas não só: com o acesso à previdência, ao incremento da mão de obra do proletariado e a regulação do mercado (de trabalho e de capitais). Como bem nos lembra Marcos Lanna (2014), numa leitura sobre o mercado a partir de Mauss e Marx,

a presença e relevância de qualquer desigualdade é relacionada com “mecanismos” das sociedades modernas semelhantes aos analisados por Marx, tanto assim que conclui o Ensaio sobre o dom argumentando pela implementação de sistemas de previdência, privada e estatal, em sociedades capitalistas. Estes sistemas são, para ele, redistribuições não capitalistas e retribuições ao trabalho, entendido como dom feito pelo trabalhador de partes de sua própria pessoa, dádiva com claro aspecto sacrificial (Lanna 2014: 36).

Tomando por este ponto de vista – da circulação de dons e contradons – estaríamos, assim, vivendo um terceiro momento em que o sacrifício já pago na extração de mais-valia em forma de imposto, que deveria estar sendo alocado para os vários sistemas de retorno previdenciário (e também de acúmulo de trabalho morto da mão de obra na forma de educação), sai deste e vai para o mecanismo de “troca desigual de dinheiro” que é o mercado de capitais. O juro, como troca de um dinheiro imediato por outro mediato, nos mostra que para além da materialidade do dinheiro há todo um simbolismo que está embutido na percepção de risco. Qual risco seria esse? Aqui, pelo que vemos pelos *spreads*, é a transmissão da absoluta falta de entendimento entre elites e população. Tenho a impressão de que as primeiras veem a última como outro mundo – perigoso, bem ao estilo daquilo que Mary Douglas colocava como consequência da poluição em *Purity and Danger* (1966).

Parece-me que há um “ar de familiaridade” com aquela estrutura de “clãs cônicos” que Marshall Sahlins descreveu em 1963: o aumento demasiado do governo, dependente da criação de novos clãs em estruturas cônicas e hierarquizadas, engendrava a perda de controle sobre aqueles imediatamente abaixo e em efeito cascata, que entravam em uma competição hierárquica, promovendo o desgaste retroativo das estruturas que concentravam poder e dependiam da extorsão de bens de baixo para cima. No caso daqui, me parece que o governo começou a competir com os bancos para ver quem, afinal, é o dono da moeda. Em contrapartida, a reviravolta lançou sua ofensiva em dois sentidos: de um lado, contra os lá de baixo que pretendiam, ironicamente, um dia chegar à Disneylândia; de outro, contra os lá de cima que dependeram do voto destes últimos para ganhar as eleições. Esta aliança entre o PT e os beneficiários do bolsa família era, como dizer, muito holismo para nossa pátria-amada. Sintomático, assim, que logo começaram as comparações com Cuba, Venezuela, bolivarianismo e congêneres.

Se observarmos com calma quem foram os “batedores de panela” de 2015/2016, vamos ver que eles estão abrangidos pelo amplo espectro de gentes que foi convertido à órbita burguesa lá nos primeiros anos do Plano Real. E, se for isso mesmo, é possível entender por que todo esse povo tem memória curta o suficiente para esquecer as benesses do dólar fraco e se autovislumbra como empreendedor, meritocrático, independente e, assim, liberal e revoltado com todo o subsídio estatal às classes mais baixas. Haja vista a superpenetração de ideias vinculadas à total desregulamentação: era Uber, AirBnb, etc. Ninguém deve mais ao Estado, agora usamos esses drones que são empresas portáteis, virtuais, nos tais aplicativos. Este é um ponto, enfim, que reconecta todo nosso problema de um individualismo latente, que estava represado durante as benesses que ainda podiam ocorrer durante o governo Lula, mas que ao menor sinal de esgotamento do ciclo retomam de vez a ideia de um mundo povoado pelas virtudes do bom-mocismo e da *dynamis* individual. É aqui que o espaço aberto pela “síndrome de Barbosa” encontra todo seu combustível: a

identificação do projeto individualista que vai de uma imensa classe média às burguesias, aos super-heróis civilizadores desse novo Estado, que vai do paletó engomado e camisa preta de um Sergio Moro ao estilo neo-Trump de um empresário-prefeito como João Dória. Definitivamente aquele velho par, Antônio Ermírio e seu paletó amassado de um lado, e Vicentinho e sua língua presa do outro, caiu em desuso.

Note-se, assim, que toda a revolta que se operou *contra* o Estado por essa ampla gama de gentes que entrou para o “condomínio liberal” só se revolta contra um *certo* Estado: justamente aquele dos tais direitos. Ninguém desse ramo da vida social acha ruim pagar impostos e ver Sérgio Moro ganhando em torno de R\$ 77.000,00 por mês, o dobro do teto constitucional. Nem pagar pedágio para que seu carro mereça uma estrada privatizada sem buracos, apesar de já ter pago a própria estrada no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. No entanto, quando se fala da estabilidade de professores do ensino público, o caso é diferente. Pois bem, essa é a hipótese que venho defender aqui: o hiperindividualismo desses novos agentes de Estado que ora aparecem como heróis civilizadores, e que vêm sistematicamente atacando os setores vizinhos do Estado, foi parte de uma reação em cadeia provocada pela tomada da moeda pelo setor rentista. Ambos agenciamentos – do capital e dessa “polícia econômica” – se projetaram no corpo social associando uma ideologia individualista e supostamente meritocrática em reação a um holismo visto como uma aliança estatal-proletariado, representado pela reciprocidade entre o PT e a população mais pobre do Brasil nas últimas eleições.

De todo jeito, é preciso que se preste atenção nisso que gostaria de mais uma vez destacar, essa foi uma bomba-relógio acionada no Plano Real e acelerada por Lula e Dilma. Ninguém, assim, está ou esteve no controle absoluto da situação. Importante notar, assim, que as coisas devem, ou deveriam pelo menos, voltar “ao normal” após a queda de Dilma: nova rodada de transferência de recursos do Estado para todo condomínio rentista; dólar baixando sistematicamente; privatizações no setor de energia para dar mais um respiro, face à impossibilidade de novos aumentos de imposto; desalinhamento nas relações exteriores com países de fundo “holista”, particularmente Rússia e China; isso tudo, sem contar outro problema que é tão grande quanto esses, que é a volta do “padrão macho” de governabilidade. Mas a inércia desse movimento pode ir mais longe e não ter exatamente o mesmo destino de Joaquim Barbosa, o quase anonimato. Pois, de alguma maneira, certa dose de holismo sempre volta, nem que seja em uma nano-quantidade: “Todas as vezes que um juiz é agredido, eu, e cada um de nós juízes é agredido”, disse Carmem Lúcia, nova Presidenta do STF. É desse modo que, suspeito, estamos entrando naquele momento de oscilação da bipolaridade nacional: entre a fase maníaca e o surto jurídico-cozinha, e a fase depressiva em que se notará, sintomaticamente, que alguém jogou fora a chave da porta pela janela do apartamento, e agora não tem mais como sair dessa.

Referências

ALONSO, Angela. 2016. “O 13”. *Folha de São Paulo*, 08 maio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/05/1768619-o-13.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2016.

- BRESSER PEREIRA, Luiz C. 2008. "The Dutch disease and its neutralization: A Ricardian approach". *Revista de Economia Política*, 28:47-71.
- CNI (Confederação Nacional da Indústria). 2013. *Os investimentos brasileiros no exterior: relatório 2013*. Brasília: CNI.
- DOUGLAS, Mary. 1966. *Purity and Danger. An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. London: Routledge.
- DUMONT, Louis. 1977. *From Mandeville to Marx: Genesis and Triumph of Economic Ideology*. Chicago: Un. of Chicago Press.
- GANCIA, Barbara. "Só teatro". *Folha de São Paulo*, 17 maio 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/barbaragancia/2013/05/1280040-so-teatro.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- LANNA, Marcos. 2014. "Além das coisas; o elogio da alienabilidade de Marcel Mauss". *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, 6(2):34-56.
- LEIRNER, Piero. 2013. "O Estado como Fazenda de Domesticação". *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, 4(2):38-70.
- _____. 2016. "O quebra-cabeça do capital, geopolítica e da crise política brasileira". *Revista GGN*, 27 jun. 2016. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/o-quebra-cabeça-do-capital-geopolitica-e-da-crise-politica-brasileira-por-piero-leirner>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- LIMONGI, Fernando. 2016. Analistas superestimam absenteísmo eleitoral em 2016. *Folha de São Paulo*, 13 nov. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/11/1831315-analistas-superestimam-absenteismo-eleitoral-em-2016.shtml?cmpid=compfb>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- RILES, Annelise (ed.). 2006. *Documents: artifacts of the modern knowledge*. Ann Arbor: Un. of Michigan Press.
- SAHLINS, Marshall. 1963. "Poor Man, Rich Man, Big Man, Chief: political types in Melanesia and Polinesia". *Comparative Studies in Society and History*, 5(3):285-303.
- _____. 1985. *Islands of History*. Chicago: Un. of Chicago Press.
- SINGER, André. 2015. "Cutucando Onças Com Varas Curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)". *Novos Estudos Cebap*, 102.
- SOUZA PINTO, Danilo C. 2007. *A burocracia vista do cartório: uma análise antropológica da burocracia estatal*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS/Universidade Federal de São Carlos.
- STIVAL, Monica. 2016. "Resistência e Política". *Revista Fevereiro: Política, Cultura e Teoria*, 10 nov. 2016. Disponível em: <<https://revistafevereiroblog.wordpress.com/2016/11/10/resistencia-e-politica/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- STRATHERN, Marilyn (ed.). 2004. *Audit Cultures. Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. London: Routledge.
- UOL. "Febraban: número de bancários teve 'crescimento vertiginoso' em 10 anos". *Uol Eco-*

nomia, 18 jul. 2014. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2014/07/18/febraban-numero-de-bancarios-teve-crescimento-vertiginoso-em-10-anos.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

VALOR ECONÔMICO. 2012. “País mudou sua matriz econômica, diz Holland”. *Revista Valor Econômico*, 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2942048/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio L; VIEIRA, Flávio V. 2012. “Taxa de Câmbio e Preços de Commodities: uma investigação sobre a hipótese da doença holandesa no Brasil”. *Economia*, 13(1):93-130.

Recebido em 8 nov. 2016.

Aceito em 8 nov. 2016.